Setor Terciário Paulista, Desenvolvimento e Estagnação

Anita Kon

O caráter de induzido ou indutor de crescimento, inerente ao setor terciário, tem sido questionado nas discussões sobre o papel destas atividades no decorrer dos movimentos cíclicos de uma economia. A análise aqui enfocada examina o papel das atividades terciárias no processo de desenvolvimento e de estagnação de uma economia, observando particularmente o comportamento do setor terciário paulista. É observada a dinâmica específica destas atividades na região - que historicamente polarizou o processo de desenvolvimento nacional - em relação aos demais setores do Estado e do país. No entanto, dada a heterogeneidade da natureza destes serviços, o exame do comportamento global do setor não explica com acuidade os impactos das políticas voltadas para o desenvolvimento ou para a estabilização da economia sobre o desempenho específico e diferenciado dos gêneros que o compõem. Nesse sentido, o terciário paulista é observado internamente, examinando-se as transformações estruturais e o papel dos diferentes grupos de serviços, no decorrer dos movimentos cíclicos da economia.

Considerações gerais: desenvolvimento econômico e terclarização

O papel das atividades terciárias no processo de desenvolvimento econômico tem sido examinado na literatura econômica particularmente em associação às mudanças estruturais relacionadas à expansão do processo de industrialização e urbanização das sociedades. A reorganização espacial produtiva de uma economia que está saindo de um passado agrário para um futuro industrial envolve a concentração de pessoas e atividades nas cidades, originando o aumento da produção e do consumo das atividades terciárias. O setor secundário é considerado, pela maior parte dos autores, como indutor destas concentrações, através de novas oportunidades de trabalho e investimentos que oferece nas fases iniciais do desenvolvimento. Nesse sentido, o papel dos serviços com o objetivo de atrair o crescimento da população e das atividades tem sido menos claro do que o da indústria de transformação. É na indústria que se desenvolvem com major intensidade os fatores primordiais representados pela acumulação de capital e pelo progresso tecnológico - que, ao lado do crescimento populacional e da disponibilidade de recursos naturais, definem o impulso inicial ao desenvolvimento econômico e posterior continuação deste processo. No entanto, se as atividades terciárias atuam como complementares neste processo, é bem verda-

Anita Kon - Professora da FGV/SP e da FEA/PUC/SP. Doutora em Economia pela FEA/USP.

de que a inexistência ou incapacidade de desenvolvimento deste apoio bloqueia o processo já em seu início. Nesse sentido, o setor terciário pode ser visualizado como indutor do desenvolvimento de uma economia, atuando conjunta e concomitantemente com o secundário.

Se nas fases iniciais do desenvolvimento industrial as atividades de serviços se expandem com a função de complementar o processo de produção e consumo, simplificando a comunicação e o acesso aos bens e serviços e gerando economias externas (1), em fases posteriores do processo de urbanização a existência concentrada destes serviços oferece vantagens adicionais para a aglomeração de novas atividades e pessoas, por se refletirem em menores custos unitários de produção para as empresas e de localização para as famílias. Estas economias de aglomeração estão ligadas ao acesso a um mercado major de produtos (intermediários e finais) ou de mão-de-obra, à existência de talentos administrativos em maior número, à presença de facilidades comerciais, bancárias e financeiras, a servicos de transportes e comunicações (incluindo a disponibilidade mais rápida e atualizada de informações sobre a economia nacional e internacional), a serviços auxiliares às empresas (informática, contabilidade, assessoria jurídica, publicidade, etc.), a atividades voltadas ao lazer, a outros meios culturais e sociais para consumo direto das famílias e, ainda, à disponibilidade de uma infra-estrutura de serviços públicos de apoio às empresas e às famílias.

Algumas transformações marcantes, pelas quais passaram neste século as economias no processo de desenvolvimento industrial, tiveram consegüências consideráveis sobre o crescimento do processo de terciarização, que se iniciou nos países mais avançados e difundiu-se para as nações em desenvolvimento. Primeiramente, o processo de concentração e centralização do capital, que já no início do século e particularmente após a Primeira Guerra Mundial se manifestava nos países industrializados através do crescimento do tamanho das empresas em direção à formação de grandes corporações, exigiu a reestruturação das formas de organização administrativa baseadas na centralização das tomadas de decisão para aquelas de empresas multidivisionais. As grandes empresas partiram para a descentralização da gestão das diversas fases do processo produtivo e distributivo do produto, por meio de divisões especializadas coordenadas por uma divisão central. Esta reestruturação permitiu maior flexibilidade para a administração e o controle de cada departamento, bem como possibilitou às empresas a produção de uma variedade maior de produtos, o que esteve associado diretamente à capacidade de desenvolvimento de uma rede de empresas de serviços auxiliares que fundamentasse esta nova forma de organização.

Em segundo lugar, ainda como decorrência da concentração e centralização do capital, observou-se uma tendência crescente à internacionalização do capital por meio da multinacionalização das grandes empresas em busca de maiores mercados, da proximidade de matérias-primas específicas, da disponibilidade de mão-de-obra barata e de outras vantagens que resultassem ou na diminuição dos custos de produção ou no major retorno ao capital empregado. A multinacionalização, iniciada nos primeiros anos do século, assumiu maior intensidade após a Segunda Guerra Mundial, particularmente nas décadas de 60 e 70, a partir dos países da Europa, dos Estados Unidos, Canadá e Japão. A escala internacional de operações destas empresas exigiu uma nova reestruturação nas organizações administrativas e aumentou a demanda por serviços externos de apoio ao seu funcionamento (atividades financeiras, de contabilidade, de assessoria jurídica, de informações, etc.) tanto nos países de origem (da matriz) quanto nos países hospedeiros (das filiais).

Por outro lado, o avanço considerável da pesquisa e desenvolvimento de produtos, a partir da década de 50, que acarretou a introdução de máquinas e equipamentos mais sofisticados e que desde a década de 70 vem introduzindo a automatização (via informática) e a biotecnologia nos processos produtivos, resultou num novo paradigma industrial e tecnológico (2), que se caracterizou por uma tendência à intensidade de informações e de pesquisas no sentido da diversificação de produtos, da flexibilidade nos processos de produção, por parte dos trabalhadores e das máquinas, e da difusão de novos conceitos de eficiência organizacional. Se internamente às empresas as formas de organização multidivisionais atenderam à necessidade de major flexibilidade através da distribuição da tomada de decisões e da criação de departamentos especializados na operação e manutenção de novas tecnologias, externamente difundiuse uma rede de serviços de alto nível, que supriu as demandas não atendidas no interior da organização da empresa. Como salienta Nabuco (3), o processo de "desindustrialização", que constituiu-se na substituição de plantas industriais de tecnologia convencional por outras de alta tecnologia, significou o desenvolvimento de departamentos de comercialização, financiamento, seguro, engenharia, consultoria jurídica, desenho, pesquisa e desenvolvimento. que ganham autonomia em relação às firmas e, em certos casos, passam a comandar a dinâmica destas. Portanto,

⁽¹⁾ Este conceito introduzido inicialmente por Marshall em seu Princípios de Economia, é definido por Scitovsky como "serviços e desserviços livremente prestados (sem compensação) por um produtor a outro". Ver:

SCITOVSKY, T. Dois conceitos de economias externas. In: ARGAWALA e SINGH. A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1969.

⁽²⁾ Para maiores detalhes, consulte:

RATTNER, H. Tendências e perspectivas da economia internacional. Transformações na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil. São Paulo, ANPEC/ CAEN/CEDEPLAR, 1989.

⁽³⁾ NABUCO, M. R. Segmentação, Terclarização, Espaço. Estudos Econômicos. São Paulo, FIPE/USP, v. 19, 1989, número especial.

mais recentemente, o deslocamento do capital de grandes empresas para investimentos em outras nações passou, na década de 80, a buscar preferivelmente regiões com disponibilidade de mão-de-obra mais qualificada e com uma infraestrutura de serviços de apoio a processos produtivos mais sofisticados e informatizados.

Nos países industrializados e, mais recentemente, também nos demais, o que se tem observado adicionalmente, a partir da década de 70, é que a crescente complexidade dos sistemas organizacionais e dos equipamentos levou a um aumento desproporcional da necessidade de prestação de servicos auxiliares, sendo que o atendimento destes servicos por meio de departamentos internos à empresa passou a ser, em muitos casos, oneroso e ineficiente, levando à necessidade de novas formas de organizações, com estruturas mais "enxutas" ou simplificadas. Desta maneira, a "terceirização" dos serviços tem se difundido particularmente nos países industrializados, por meio da transferência, a terceiros, do fornecimento de atividades burocráticas e de outras como a alimentação, os serviços médicos aos funcionários, a manutenção de equipamentos, máquinas e veículos, os serviços de transportes, bem como aqueles avançados financeiros, contábeis, de auditoria, jurídicos, entre outros. Em muitos casos, os próprios funcionários especializados são incentivados a constituir empresas de prestação de serviços para aquela em que trabalhavam. Assim, a terceirização leva ao crescimento da terciarização, uma vez que muitas atividades, anteriormente desenvolvidas no âmbito das indústrias, passam a constituir parte do setor de serviços.

Informações recentes do Banco Mundial (4) sobre a distribuição da produção entre os setores produtivos mostram uma nítida relação entre o nível de desenvolvimento econômico dos países (classificados de acordo com a renda per capita) e a representatividade da produção terciária. Os países classificados como de renda baixa apresentam uma participação média da produção de serviços pouco acima de 40% e da produção secundária em torno de 24%. À medida que cresce a representatividade da produção industrial - que em média é de 37% e 40% nos países de renda média baixa e de alta, respectivamente - a produção de serviços também sofre um incremento proporcional, situando-se em torno de 50%. Com a cristalização do desenvolvimento industrial, a participação proporcional do setor secundário cede importância à do setor serviços, observando-se uma média de

36% de produção gerada pelo primeiro e de 61% pelo último, nos países industrializados.

No Brasil, as transformações marcantes induzidas pela industrialização acelerada, que resultaram na expansão da gama de atividades terciárias, caracterizaram-se também pela crescente concentração e centralização do capital em grandes empresas oligopolistas, através da importação tanto de investimentos diretos de empresas estrangeiras quanto do avanco tecnológico. No que se refere à divisão espacial da atividade econômica, o processo de terciarização decorrente das fases de desenvolvimento econômico, de um modo geral, resulta na concentração dos mercados de trabalho e de bens e serviços em pólos regionais, nos quais se desenvolvem economias de aglomeração que acarretam maior retorno ao capital investido. Esta situação é verificada na maior parte dos países capitalistas da Europa, nos Estados Unidos e também nos países em desenvolvimento (5), como no Brasil é confirmado pelo caso do Estado de São Paulo, como será visto a seguir.

O papel do terciário paulista no contexto nacional

A característica básica do processo de desenvolvimento econômico - que o diferencia do mero crescimento no montante dos grandes agregados - diz respeito às mudanças na estrutura produtiva, que conduzem a uma maior produtividade global e a um aumento na renda per capita da economia em questão. Ao se analisar a economia brasileira a partir do período inicial de industrialização após a Segunda Guerra Mundial (Tabela 1), observa-se que, em 1950, a composição da estrutura produtiva do Estado de São Paulo era altamente especializada em serviços, revelando a forte concentração dos serviços nacionais nesta região (quase um terço da produção global), o que evidenciava o atendimento do escoamento e comercialização de bens primários e de luxo importados. Paralelamente, a estrutura produtiva mostra a indústria incipiente e a pouca representatividade da produção rural, embora a concentração do produto gerado destas atividades no Estado se situasse, respectivamente, em cerca de 42% e 34% do total nacional.

No período inicial da industrialização do pós-guerra são observadas, até o final da década de 70, as consideráveis taxas anuais de crescimento real do produto do setor secundário, como resultado de políticas governamentais que visavam à substituição de importações e ao impulso inicial ao desenvolvimento econômico (6). A forte concentração destas atividades dinâmicas no Estado de São Paulo - verificada desde o início do século e reforçada na década de 20 (7) - é revelada pelas cifras excepcionais de crescimento da produção industrial nesta região no período, que superam consideravelmente as médias nacionais (8).

⁽⁴⁾ Ver: WORLD BANK. World Development Report, 1989.

⁽⁵⁾ NABUCO, M.R. loc. cit.

⁽⁶⁾ Para maiores detalhes sobre os sucessivos planos de desenvolvimento para o período 1950-90, consulte:

KON, A. A Produção Terclária. São Paulo, Editora Nobel, no prelo.

⁽⁷⁾ Com a concentração nesta região de investimentos industriais a partir dos excedentes de capital originados na produção cafeeira.

⁽⁸⁾ Os índices acima da unidade na relação SP/BR, da Tabela 1, indicam taxas de crescimento superiores no Estado de São Paulo em relação à média nacional e os índices inferiores à unidade significam taxas menores de crescimento.

Tabela 1
Taxas Reals de Crescimento Anual da Economia e Composição do PIB, Segundo os Setores
Brasil e Estado de São Paulo
1950-1990

Setores	Taxas Reais de Crescimento Anual da Economia					Participação do PIB					
	1950-60	1960-70	1970-80	1980-83	1983-90 (1)	1950	1960	1970	1980	1983	1990 (1)
Brasil (BR)	6,9	6,8	9,4	-3,1	3,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Primário	4,4	4,4	10,7	-8,9	2,6	26,6	22,6	10,2	10,2	9,7	9,1
Secundário	8,9	7,0	9,0	-1,9	2,8	23,6	25,2	36,3	40,7	38,9	34,3
Terciário	6,9	6,8	9,5	2,7	3,9	49,8	52,2	53,5	49,1	51,4	56,7
Estado de São Paulo (SP)	7,7	8,5	11,0	-2,8	3,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Primário	8,0	3,0	8,8	0,8	0,02	7,7	8,0	4,7	4,1	3,9	3,6
Secundário	17,0	11,2	12,7	-6,2	1,9	13,8	31,7	40,7	50,2	42,8	41,1
Terciário	4,9	7,4	8,4	0,4	4,7	78,5	60,3	54,6	45,7	53,3	55,3
SP/BR	1,12	1,25	1,17	(0,90)	1,06	35,2	35,4	36,0	40,1	44,3	52,4
Primário	1,82	0,68	0,82	0,09	0,01	33,9	28,5	17,7	13.0	17,8	13,0
Secundário	1,91	1,60	1,41	(3,26)	0,68	41,8	47,4	43,8	50,6	56,5	57,8
Terciário	0.71	1,09	0,88	0,15	1,21	32,8	32,5	34,2	38.7	41,6	55,3

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE; KON, A. Mensuração e Avaliação das Atividades Terciárias da Economia Paulista. São Paulo, IPE/USP, 1985, Dissertação de mestrado (mimeo).

A produção terciária, como complemento, também sofreu um incremento anual na geração de produto. No entanto, o produto dos serviços no Estado, no início da industrialização, cresceu proporcionalmente menos do que a absorção de mão-de-obra que para lá se dirigiu com grande intensidade. Desta forma, o produto por trabalhador, nos anos 50, teve um ligeiro decréscimo de quase 1% ao ano (Tabela 2), enquanto para a média nacional verificou-se um acréscimo acima de 3%. Já nas décadas de 60 e 70, porém, as altas taxas de crescimento do produto terciário gerado apesar de o setor apresentar relativamente menor produtividade que o industrial - refletem não apenas o papel complementar ao desenvolvimento dos demais setores e a formação de economias de aglomeração, mas também o fato de que este setor detém a capacidade da ampliação das atividades informals absorvedoras de mão-de-obra.

As transformações significativas na estrutura produtiva nacional e estadual, nestas três décadas, caracterizaram o processo de desenvolvimento da economia, centralizado particularmente no Estado de São Paulo (9). A mudança estrutural representada pelo aumento considerável da pro-

dução secundária na participação setorial revela também que o desenvolvimento das atividades industriais fez-se inicialmente através de maiores investimentos em capital e em mão-de-obra mais especializada do que no setor de serviços. Isto acarretou um crescimento relativo mais rápido do produto por trabalhador no secundário. Por outro lado, se na década de 50 este indicador para o setor terciário mostrou-se mais significativo para a média nacional, no período seguinte até 1980 a situação se inverteu, indicando maior dinamismo dos serviços no pólo paulista, embora as taxas de crescimento da PEA da região fossem superiores às da média nacional, tendo em vista que a migração considerável no período teve como destino prioritário o centro dinâmico que potencial e efetivamente oferecia maiores oportunidades de emprego (10). Como resultado das transformações estruturais, a concentração do produto gerado em São Paulo, em 1980, aumentou, situando-se em 40% do total nacional, enquanto mais da metade da produção industrial e quase 39% da de serviços localizavam-se na região.

Nos primeiros anos da década de 80, quando caracterizou-se a fase de crise econômica até 1983 (11), em face das políticas de estabilização, observou-se uma queda das atividades industriais, que foi superior no pólo econômico estadual em relação à média nacional. O produto terciário gerado, no entanto, não foi negativo, embora quase nulo no Estado, refletindo a maior incorporação, nestas atividades,

⁽¹⁾ Estimativas preliminares.

⁽⁹⁾ Haja vista que em 1950 os PIB per capita do país e do Estado eram respectivamente de US\$ 278 e US\$ 748, enquanto em 1980 situavam-se em US\$ 2.098 e US\$ 4.027.

⁽¹⁰⁾ HOLANDA FILHO, S. B. de. Migrações internas e a distribuição regional de renda no Brasil 1970-80. XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. Anais... Fortaleza, ANPEC, v.2, 1989.

⁽¹¹⁾ Para maiores detalhes, ver: KON,A. A Produção Terciária. op. cit.

Tabela 2
Taxas Anuals de Crescimento Real do PIB, do Produto por Trabalhador e da Participação Setorial do PIB do Setor Terciário, por Gêneros
Estado de São Paulo
1950-1990

Em porcentagem

Indicadores	Taxas Anuais de Crescimento Real									
	Total	Comércio	Transporte, Comunica- ções e Arma- zenagem	Ativi- dades Finan- ceiras	Adminis- tração Pública	Ativi- dades Sociais	Aluguéis	Demais Serviços		
Evolução do PIB										
1950-60	4,9	7,1	3,1	16,2	4,0	4,6	2,7	3,8		
1960-70	7,4	7,9	6,3	15,1	13,3	15,4	3,8	6,2		
1970-80	8,4	7,1	12,3	15,0	7,0	9,8	2,7	14,0		
1980-83	0,4	-6,7	3,5	11,9	-3,5	-0,1	5,1	2,0		
1983-90 (1)	3,5	1,5	5,1	7,0	2,3	3,2	1,5	4,4		
Produto por Trabalhad	or									
1950-60	-0,8	1,9	-0,5	10,1	-0,1	0,0		-3,4		
1960-70	2,6	3,3	4,1	4,9	6,5	8,5	-	2,3		
1970-80	3,3	1,4	9,2	6,7	2,3	1,8	24	9,3		
1980-83	-6,2	-12,9	-0,5	2,4	-2,8	-7,4	4	-5,7		
1983-90 (1)	-0,2	-2,3	3,3	6,3	-3,7	-3,2	35	-0,7		
Participação do PIB										
1950	100	33,3	6,0	1,2	3,5	3,7	39,8	12,5		
1960	100	41,1	5,1	3,4	3,2	3,5	32,4	11,3		
1970	100	42,8	4,6	6,7	5,4	7,3	23,1	10,1		
1980	100	38,0	6,6	12,1	4,8	8,4	13,4	16,7		
1983	100	30,5	7,2	16,8	4,2	8,3	15,4	17,6		
1990 (1)	100	26,6	8,0	21,2	3,9	8,1	13,4	18,8		

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE; Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; KON, A. (1985) loc. cit.

(1) Estimativas preliminares

de ocupados liberados pelos demais setores e dedicados, em grande parte, a atividades informais. Haja vista que nestes três anos a taxa anual de crescimento da PEA de serviços foi de 7% e o produto por trabalhador mostrou um decréscimo significativo superior a 6%.

A recuperação econômica a partir de 1984, em taxas crescentes até 1986, e o período de instabilidade e estagnação que se seguiu resultaram em um crescimento do produto gerado pelos serviços relativamente superior ao dos demais setores (e com mais intensidade em São Paulo), nesse momento não mais no sentido de desenvolvimento de serviços de apoio ao desenvolvimento ou economias de aglomeração, mas sim como reflexo da maior incorporação de pessoas ocupadas, como já visto, devido à facilidade de ampliação de atividades autônomas, embora às custas de menor produtividade e de deseconomias de aglomeração.

Na realidade, as taxas de crescimento do produto global e as transformações na participação setorial nestes anos mostram que estas mudanças não se relacionam apenas ao processo de desenvolvimento econômico, mas também ao ajustamento da economia a políticas que buscavam a estabilização nos níveis de preços. Nesse sentido, o setor terciário desempenhou um papel de amortecedor da situação de crescente desemprego e recessão. Como consequência, a participação relativa do produto industrial gerado no Estado em relação aos demais setores da região, que no ano de 1980 representava metade do global e ultrapassava a dos serviços, no ano de 1990 situava-se pouco acima de 40%, embora representasse quase 58% do total da produção industrial nacional. Como salienta Azzoni (12), na década de 80 configurou-se um processo de descentralização industrial que já se iniciara nos anos 70, quando novos investimentos procuraram alocar-se fora do pólo industrial da Grande São Paulo, em face da existência de deseconomias de aglomeração neste centro, representadas pelo congestio-

⁽¹²⁾ AZZONI, C. R. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. Série Ensalos Econômicos, n. 58, IPE/USP, 1986.

namento de determinados serviços urbanos. No entanto, este processo resultou numa "desconcentração concentrada", pois realizou-se ao redor do pólo dinâmico, tendo em vista que as economias de aglomeração, neste espaço, ainda proporcionaram maior retorno ao capital investido. Essa forma de desconcentração concentrada configurou-se também no terciário, pois, se por um lado, tanto para a região quanto para o global do país, o setor serviços passou a representar acima de 55% do produto gerado, por outro, São Paulo em 1990 concentrava mais de 55% dos serviços produzidos no país.

A composição setorial do terciário do Estado

O setor de serviços engloba atividades bastante diversificadas por sua natureza econômica, que podem demandar uma gama ampla de combinações no que se refere à relação capital/trabalho. Esta heterogeneidade, encontrada mesmo interiormente aos diferentes gêneros de atividades terciárias, resulta em desempenhos bastante diversificados no desenrolar do desenvolvimento econômico. A evolução do setor terciário da economia paulista está fortemente ligada à liberação e absorção de mão-de-obra dos outros setores econômicos, bem como ao ritmo de expansão das atividades industriais que exigem uma rede de serviços complementares. Nesse sentido, os impactos das políticas econômicas do período tiveram repercussões diversas, segundo o gênero de atividades observado e sua relação com os setores afetados pelas políticas, como se visualiza na Tabela 2.

As atividades financeiras tornaram-se, desde o início dos anos 50, as mais dinâmicas do terciário paulista, sendo que as consideráveis taxas anuais de crescimento nesta década devem-se ao fato de que, no início do período, a estrutura financeira mostrava-se inadequada para fazer frente às necessidades de expansão dos demais setores que se desenvolviam com o processo de substituição de importações, como pode ser observado pela pouca representatividade do produto deste gênero no total estadual em 1950. Ainda nesta década, foram levadas a efeito medidas de modernização financeira, que no entanto não se revelaram suficientes para acompanhar o ritmo de expansão da economia, o que só se concretizou com as reformas financeiras da década seguinte (13). Se até 1980 a expansão destes serviços forneceu a base para o crescimento dos investimentos produtivos nos demais setores e do crédito para ampliação do mercado interno ao consumidor, a partir de 1980 e particularmente no período de crise até 1983, em face da retração econômica, as altas taxas anuais refletiram os movimentos da "ciranda financeira", que desviou em grande parte a poupança gerada nos demais setores para investimentos não produtivos, tendo em vista a política de Juros altos implementada com o intuito de desestimular investimentos em ativos reais e a fuga de capitais para o exterior. Haja vista que nestes anos, se o produto por trabalhador dos demais gêneros foi negativo, nestas atividades este indicador manteve um crescimento anual acima de 2%, embora o incremento do número de trabalhadores neste gênero tenha superado 9%. Dessa forma, a representatividade destes serviços no terciário paulista foi consideravelmente crescente, atingindo em 1990 mais de 20% do produto gerado no terciário.

Os servicos distributivos do comércio apresentaram um crescimento regular acima de 7% nas três primeiras décadas que caracterizaram o período de desenvolvimento. particularmente na de 70, com o apoio de políticas creditícias favoráveis ao consumo de bens duráveis e semi-duráveis. No período de retração após 1980, porém, foi o setor que mais se ressentiu dos impactos das políticas governamentais de estabilização, que retraíram a demanda e o crédito, apesar da incorporação ao setor, no período, de autônomos representados por mascates, ambulantes e vendedores fornecedores de empresas, o que acarretou uma queda anual do produto por trabalhador, até 1983, de quase 13%, para um aumento da PEA de 7%. Como resultado deste comportamento, a representatividade do produto gerado por estas atividades que, em 1950, era de um terço do global do terciário, chegou a atingir quase 43% na década de 70, decrescendo para cerca de 27% em 1990, embora permaneça como o setor que mais contribui para a geração de produto do setor de servicos.

A representatividade do produto gerado pelo pagamento de aluguéis decresceu de modo significativo e gradativo no período, pois se no início da industrialização situava-se em guase 40%, em 1990 encontrava-se pouco acima de 13%, embora as taxas de crescimento só tenham se mostrado inferiores às anteriores no último período analisado, em decorrência das políticas de reajustes postas em prática após 1983. Por outro lado, o setor de demais serviços, que inclui os serviços pessoais e domiciliares, de reparação e manutenção e os serviços auxiliares às empresas (informática, contabilidade, assessoria jurídica, econômica, etc.), engloba desde atividades dinâmicas com tecnologia altamente sofisticada, até um volume considerável de trabalhadores menos qualificados, com baixa produtividade ou em situação de informalidade e subemprego. Dessa forma, as taxas anuais de crescimento do produto no período 1950-80 tiveram um incremento gradativo - representado na sua maior parte pelos serviços de apoio às empresas -, atingin-

⁽¹³⁾ TAVARES, M. da C. O sistema financeiro e o ciclo de expansão recente. Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo, Editora Brasillense, n. 2, 1983.

do, na década de 70, 14%, comportamento este representado pela maior introdução de serviços de informática ou de assessoria mais especializados; haja vista que nesta década o produto por trabalhador neste gênero situou-se acima dos demais serviços terciários. No entanto, após 1980, o continuado incremento na representatividade decorreu da maior incorporação de atividades informais e de baixa qualificação, às custas da produtividade (cuja queda no período da crise esteve próxima a 6%, para um crescimento de trabalhadores acima de 8%).

As atividades de transportes, comunicações e armazenagem, cuja participação na produção terciária se manteve em torno de 5% a 8% no período, apresentaram taxas consideráveis de crescimento do produto e da produtividade na década de 70, particularmente tendo em vista a modernização do setor de comunicações no período, com a incorporação de tecnologia mais avançada, que permitiu a integração interna do país e deste com o mundo - via satélite e via sistema de cabos submarinos na telefonia -, e com a introdução da eletrônica nos serviços de triagem automatizada dos correios. Mesmo no período de retração econômica, 1981-83, observaram-se taxas anuais de crescimento do produto, particularmente pelo incremento de serviços autônomos de transportes, embora com um decréscimo de produtividade.

As atividades sociais, que incorporam a educação. saúde e demais sem fins lucrativos (públicas e privadas), tiveram um impulso de crescimento a partir de políticas voltadas para a difusão do ensino particular técnico e superior e de empresas privadas de medicina (convênios) ao lado de serviços públicos de saúde financiados com verbas da Previdência Social, que se difundiram já na década de 60. Porém, a partir dos anos 80, a queda de poder de compra da população resultou na restrição da demanda de serviços privados e no congestionamento dos públicos, que se refletiram em um decréscimo significativo nas taxas de produtividade e na diminuição do produto gerado, a despeito do aumento do volume de consumidores destes serviços. Esta elevação de demanda refletiu-se em taxas positivas de crescimento do produto gerado após 1983, embora ainda se observassem taxas anuais negativas de comportamento do produto por trabalhador.

nistração centralizada quanto descentralizada, e da expansão do nível de investimentos em pessoal. No período de dificuldades econômicas após 1980, como observa Chahad (14), a participação do emprego público cresceu relativamente ao emprego total do setor formal, evidenciando-se uma variação anticíclica, não significando necessariamente que nestes períodos o Estado tivesse empregado mais trabalhadores, mas sim tomado medidas para manter sua força de trabalho mais estável. No entanto, os reajustes salariais do funcionalismo público não compuseram o nível dos salários reais anteriores e, como conseqüência, o produto por trabalhador e a participação do produto gerado observaram um decréscimo nestes anos.

Conclusões

Procurou-se, neste trabalho, examinar o comportamento do setor terciário do Estado de São Paulo, durante os movimentos de desenvolvimento ou de estagnação da economia. A observação destas atividades na região, no contexto setorial e nacional mais amplo, revelou um crescimento considerável da representatividade dos servicos no Estado em relação aos produzidos no país, caracterizando a polarização econômica e as economias de aglomeração. Por outro lado, esta participação, nos períodos iniciais de desenvolvimento econômico, decresce em relação à das atividades industriais, embora em termos absolutos o produto gerado tenha registrado um incremento considerável. Porém, a representatividade dos serviços se amplia em períodos de estagnação econômica, neste momento revelando a capacidade do setor de criar empregos para absorver a mão-de-obra liberada nos demais setores. Este movimento é mais intenso no Estado do que no Brasil.

A análise do comportamento dos gêneros terciários do Estado mostra a heterogeneidade da natureza dos serviços e a coexistência de uma gama de atividades de alta produtividade e qualificação da mão-de-obra, ao lado de atividades de baixa produtividade e informais. Portanto, a observação desagregada por gêneros do setor terciário revela os diferentes impactos das políticas governamentais em épocas de estímulo ao desenvolvimento econômico e naquelas de implementação de políticas restritivas de estabilização. O setor terciário paulista, em períodos de desenvolvimento, teve o papel de complementar os demais setores, oferecendo a base para a ampliação da indústria e para atender à demanda incrementada pelo aumento da massa salarial. Em períodos de recessão e estagnação econômicas, no entanto, prestou-se à função de amortecer a crise, em face da facilidade de ampliação de empregos de menor produtividade ou autônomos que absorvem parte da população liberada pelos demais setores.

⁽¹⁴⁾ CHAHAD, J.P.Z. Emprego público e ciclo econômico no Estado de São Paulo. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, v.5, n.1, jan./mar. 1991.